

INSTRUÇÕES

1. Escreva, abaixo, o seu nome completo. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o **Caderno de Prova**.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Ao receber o **Cartão Resposta**, examine-o e verifique se os dados nele impressos correspondem aos seus. Caso haja alguma irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
5. Esta prova é composta por **50 questões de múltipla escolha, em que há somente uma alternativa correta**.
6. Transcreva para o **Cartão Resposta** o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o retângulo correspondente com caneta de tinta preta.
7. No **Cartão Resposta**, a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras e preenchimento além dos limites do retângulo destinado para cada marcação anulam a questão.
8. Não haverá substituição do **Cartão Resposta** por erro de preenchimento.
9. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a exclusão do candidato deste Concurso.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal. **Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão Resposta, devidamente assinados.**
11. O candidato somente poderá retirar-se da sala uma hora após o início da prova.
12. O tempo para o preenchimento do **Cartão Resposta** está contido na duração desta prova.

**EDUCADOR
SOCIAL**

 **iasp**
Instituto de
Ação Social do Paraná

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

Transcreva na tabela abaixo o gabarito, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente.

RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

Verifique no verso as instruções para consulta do gabarito.

A prova e o gabarito oficial provisório estarão disponíveis no endereço eletrônico www.cops.uel.br,
no dia 20/02/06, às 18 horas.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 01 a 06.

“A tardia catarse cívica”

O referendo surpreendeu-me na utilidade e no resultado. Achava a consulta um desperdício de dinheiro. Poderia ser realizado mais barato, juntamente com as eleições do ano que vem. Erro. Ele provocou um debate apaixonado, em que se envolveram milhões de brasileiros, que ficaria diluído se misturado à disputa eleitoral. Esses milhões não eram os simples espectadores indignados e humilhados das sessões das CPIs do mensalão. Eram participantes, eleitores, que estavam sendo interpelados e convocados a decidir.

A discussão dividiu famílias, opôs maridos e mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs, rompeu barreiras de sexo, idade e cor, colocou do mesmo lado, por razões distintas, a direita ruralista e a esquerda do PSTU. Aparentemente, não havia nenhuma lógica presidindo às tomadas de posição. O referendo quebrou expectativas de comportamento, rompeu lógicas aparentemente óbvias, provocou atitudes surpreendentes, gerou imprevisibilidade. Valeu de sobra os milhões que custou ao contribuinte.

Achava também que o “sim” venceria fácil. Pesquisas anteriores lhe davam 80% de apoio. Supondo, corretamente, a existência de um desejo generalizado de redução da violência e, simplistamente, a vinculação natural do “sim” a essa aspiração, concluí por uma vitória dos opositores ao comércio de armas. Deu no que deu.

À medida que avançava o debate, verificou-se uma rápida e inexorável mudança de opinião que resultou em esmagadora vitória do “não” em todos os Estados do país, chegando a impressionantes 87% no Rio Grande do Sul. Em Pernambuco, Estado com maior força do “sim” (45,5%), a diferença em favor do “não” foi de sólidos nove pontos percentuais.

Como explicar a surpresa, que imagino ter sido a de muita gente, sobretudo dos defensores do “sim”? Os 60 milhões de brasileiros que disseram “não” romperam várias barreiras. Católicos desobedeceram a seus pastores, fãs esnobaram seus artistas, a grande mídia se revelou impotente [...]. Uma avalanche passou por cima de tudo isso, revelando uma extraordinária convicção da parte da grande maioria dos eleitores.

Algumas explicações apresentadas para o fenômeno não me parecem satisfatórias. A primeira é a que recorreu à divisão entre um Brasil arcaico e um Brasil moderno. A grande dificuldade com essa interpretação é que errou totalmente de lado: se houve alguma correlação positiva foi entre o “não” e a modernidade, e não o oposto, como foi afirmado. Quanto mais educado o eleitor, maior oposição ao “sim”.

Outra dificuldade é que muitos outros fatores intervieram nas decisões. O “não” foi muito votado no moderno Rio Grande do Sul e nos “arcaicos” Norte e Centro-Oeste. O Sudeste, supostamente a parte mais moderna do país, ficou mais dividida que o Sul.

A segunda explicação é uma variante da primeira. Argumenta que a divisão que se deu foi entre conservadorismo e progressismo. O “não” seria o voto conservador, de direita, da lei e ordem, do politicamente incorreto; o “sim” seria a opção progressista, de esquerda, politicamente correta.

Creio que as evidências são abundantes no sentido de refutar o simplismo dessa explicação. As divisões se deram em todos os campos ideológicos.[...]

A pior explicação, no entanto, me parece ser a que divide o “não” e o “sim” entre bandidos e mocinhos. O “não” é o partido da bala, o “sim” é o partido da paz; o “não” defende o direito de matar, o “sim” é pela vida; o “não” é a opção pela barbárie, o “sim” é a escolha da civilização e coisas do gênero.

A explicação é maniqueísta na medida em que divide o mundo em bons e maus. É presunçosa quando coloca seu defensor do lado dos bons. É elitista e arrogante quando desrespeita a opinião de 60 milhões de brasileiros, reduzindo-os a partidários do mal ou, no mínimo, a idiotas enganados e manipulados por um grupo maquiavélico de fabricantes e comerciantes de armas.

Creio haver certa concordância entre analistas sobre o fato de que a força da campanha do “não” consistiu em enfatizar dois pontos, o direito individual à legítima defesa e a crítica ao fracasso das políticas públicas de segurança, isto é, ao não-cumprimento pelo Estado do dever de proteger os cidadãos.

Sem entrar na discussão substantiva do tema, eu diria que a surpresa do resultado do referendo provém exatamente do fato de que tais argumentos tenham encontrado recepção tão positiva. Houve seguramente fatores tópicos que afetaram os resultados, como a tradição gaúcha de uso de armas, as necessidades de defesa das populações de fronteira. Mas eles não explicam a vitória generalizada do “não”.

A surpresa vem, sobretudo, do eco encontrado pela defesa de um direito civil clássico, a proteção da própria vida. Pesquisa de opinião pública na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1997, revelou muito baixa consciência de direitos. Do total de entrevistados, 57% não conseguiram mencionar nenhum direito sequer. Apenas 2% mencionaram direitos políticos e 12% direitos civis. A situação só melhorava um pouco em relação aos direitos sociais, reconhecidos por 26% dos entrevistados.

O referendo veio mostrar que, colocados diante de um problema concreto de direitos, os eleitores identificaram com clareza um direito civil clássico. É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade. O “não” predominou exatamente entre os mais educados.

Pode-se alegar que se trata propriamente de um direito clássico, isto é, de um liberalismo do século 19. Mas, em nossa tradição estatista e patrimonial, desenvolver a consciência de direitos individuais, mesmo com um século de atraso, é, sem dúvida, uma novidade e mesmo um progresso.

O êxito do outro argumento não foi surpresa. Nossa tradição sempre atribuiu ao Estado a tarefa de resolver tudo, inclusive o problema da segurança [...]. É óbvio que nossos governos, nos três níveis da administração, com ou sem contingenciamento de verbas, têm falhado miseravelmente em proteger o cidadão. Impedir que o cidadão decida se vai ou não comprar uma arma quando o governo não consegue defendê-lo, restringir um direito ao mesmo tempo que

não se cumpre um dever — eis a combinação explosiva que me parece ter levado 60 milhões a votar pelo “não”, concorde-se ou não com a decisão.

Não por acaso, em Diadema, onde a prefeitura executa há cinco anos, antes do Estatuto do Desarmamento, uma política eficiente de segurança, o “sim” venceu, embora por pequena margem.

Creio estarem corretos os que detectam no resultado do referendo um ingrediente político mais amplo. Os eleitores foram expostos, nos últimos meses, ao espetáculo deprimente de degradação da vida pública, dos partidos, do Congresso, do governo, dos políticos. Um “não” a tudo isso estava preso em sua garganta, sufocando-os. O referendo foi a oportunidade que tiveram de gritá-lo a todos os pulmões. Foi uma catarse cívica.

Bom ou mau o resultado, concorde-se ou não com ele, o referendo foi uma robusta e desabusada manifestação da opinião pública. Respeite-a quem for democrata, procure entendê-la quem tiver juízo.

(CARVALHO, José Murilo de. A tardia catarse cívica. *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 30/10/05, p. 3).

01. Sobre a utilidade e o resultado do referendo, assinale a alternativa correta, de acordo com as idéias expressas pelo autor.

- a) A utilidade do referendo foi questionada antes e confirmada depois de sua realização, pois já se calculava o risco de diluição de sua repercussão política caso a consulta fosse realizada em conjunto com a disputa eleitoral.
- b) A utilidade do referendo foi identificada pela forte disposição dos milhões de eleitores brasileiros que estavam determinados a pôr fim à violência gerada pelo uso de armas de fogo.
- c) A utilidade do referendo foi confirmada através do resultado, afastando a hipótese de desperdício de dinheiro e promovendo um consenso harmonioso de grupos muito diferenciados em torno do ideal de paz.
- d) O resultado do referendo gerou surpresa porque a pressuposição de que havia a vontade generalizada de conter a violência revelou-se uma forma equivocada de interpretar a opinião pública da maioria da população brasileira.
- e) O resultado do referendo causou surpresa porque havia a pressuposição de interpretar o voto favorável ao controle do comércio de armas de fogo como a melhor expressão para o anseio de combate à violência.

02. Considere a pergunta: “Como explicar a surpresa, que imagino ter sido a de muita gente, sobretudo dos defensores do ‘sim’?”. Assinale a alternativa correta.

- a) Esta frase indica que o autor do texto votou “não”, tendo ficado feliz, porém também surpreso com o resultado final do referendo.
- b) Esta frase indica que o autor do texto julga ter compartilhado com outras pessoas um prognóstico diferente do resultado final do referendo que teve a vitória do “não”.
- c) Esta frase indica que o autor do texto dirige o foco nos parágrafos subseqüentes para a explicação do resultado final do referendo, sem se concentrar em justificativas simplistas para a vitória do “não”.
- d) Esta frase indica que o autor do texto se solidariza com os defensores do “sim”, preparando a enumeração de falhas na campanha a favor da restrição ao comércio de armas de fogo.
- e) Esta frase indica que o autor do texto, embora tivesse optado pelo “sim” antes da realização da consulta, ficou feliz com a repercussão política e com o resultado final do referendo.

03. Quanto à relação entre a pesquisa de opinião pública realizada em 1997, no Rio de Janeiro, e o resultado do referendo em 2005, assinale a alternativa correta, de acordo com as idéias expressas pelo autor.

- a) O autor destaca o avanço do discernimento da população quando esta se encontra exposta a um problema concreto de direitos.
- b) O autor vê a mesma falta de lógica na análise comparativa dos dados da pesquisa e do referendo, já observada no debate que antecedeu a consulta.
- c) O autor ressalta que a pequena consciência de direitos revelada na pesquisa se manteve e foi determinante para o resultado do referendo.
- d) O autor lamenta o atraso da conscientização dos brasileiros, pois tanto a pesquisa quanto o referendo demonstram distância de direitos previstos já no século 19.
- e) O autor exalta a capacidade de amadurecimento político entre a parcela menos escolarizada da população brasileira, de 1997 até 2005.

04. Considere as afirmativas a seguir.

I. O autor concorda que o eleitor de direita tenha votado “não”.

II. O autor discorda de que o eleitor mais escolarizado tenha votado “sim”.

III. O autor concorda que a tradição gaúcha de uso de armas tenha pesado a favor do “não”.

IV. O autor discorda de que o eleitor do “não” seja partidário do mal.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

05. Observe a frase que inicia o 11º. parágrafo: “O êxito do outro argumento não foi surpresa.” A expressão sublinhada é uma referência:

- a) ao direito individual à legítima defesa.
- b) à consciência de direitos individuais.
- c) às necessidades de defesa de populações que habitam fronteiras.
- d) à crítica ao fracasso das políticas públicas de segurança.
- e) à existência de um desejo generalizado de redução da violência.

06. Assinale a alternativa correta quanto às referências a Diadema.

- a) O resultado do referendo em Diadema foi contraditório em relação à política de segurança desenvolvida na cidade.
- b) Com o resultado do referendo em Diadema, o comércio de armas passará a ser restrito naquela cidade.
- c) A experiência da política de segurança em Diadema é um exemplo de que o voto no referendo foi vinculado à ação dos governos.
- d) A vitória do “sim” em Diadema foi interpretada como um resultado surpreendente dada a implementação da política de segurança executada na cidade.
- e) A política de segurança conduzida em Diadema é uma confirmação a mais da degradação da vida pública no Brasil.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 07 a 10.

“Contra a violência, entrada limitada”

A ação de gangues nas proximidades e no interior de shoppings levou a administração desses estabelecimentos a medidas de contenção da violência, a fim de garantir a tranquilidade dos frequentadores considerados “normais”. O expediente de barrar “suspeitos” não é admitido explicitamente ou é até mesmo negado, mas são cada vez mais comuns os casos de gente que é impedida de entrar nos shoppings pelos seguranças.

Em março do ano passado, Gustavo (nome fictício), 23 anos, estava acompanhado de um amigo quando foi ao Shopping Estação. Integrante do movimento hip hop, usando bermuda e boné, com duas tatuagens grandes na perna, acabou barrado pelo segurança. “Ele disse que eu não podia entrar vestido daquele jeito, por ordens da direção. Respondi que só entrava quem estivesse pelado”, conta. O jovem insistiu para falar com o gerente. Em vez disso, veio outro segurança, que concordou em deixar Gustavo entrar, desde que saísse rápido. “Fiquei tão irritado com o desrespeito que passei duas horas olhando vitrine”. Tudo sob o olhar mais que atento dos seguranças.

“Eu nem sou de frequentar shopping”, reclama o jovem, que acredita estar pagando pelos transtornos que outros jovens causam. “Já ouvi muita gente dizendo que esse pessoal dos arrastões são gangues do hip hop, é uma grande mentira. Só porque o cara usa uma camisa larga de grupo de rap e bermudão, não significa que ele é do movimento”, afirma Gustavo, que também acusa o Shopping Mueller de discriminação ocorrida no dia 2. “Estava de moleton, bermuda e boné procurando um livro, quando vi que havia um segurança me olhando da porta da livraria. Eu sou trabalhador, faço faculdade e não quero ser tratado como suspeito”, diz. O shopping informou que pessoas de bermuda e boné são comuns no Mueller e que a segurança observa Gustavo da mesma forma que observa outros frequentadores.

Para o gerente de operações do Shopping Estação, Ricardo Delmassa, impedir pessoas de entrar no shopping é contraproducente. “Nós temos lojas dirigidas ao público que nos acusa de barrá-lo. Estaríamos espantando potenciais clientes”, diz, acrescentando que os seguranças não selecionam as pessoas pela vestimenta, embora a falta dela seja motivo para se barrar alguém — pessoas sem camisa não entram em nenhum shopping ouvido pela reportagem.

Mas, segundo os gerentes e chefes de segurança, a atitude do lado de fora é o principal fator na hora de decidir quem entra ou não. “Ninguém entra aqui quieto e depois vira um monstro. Normalmente a pessoa causadora de problema já vem assim, bebendo, brigando, mexendo com os outros”, diz o gerente-geral do Shopping Curitiba, Carlos Torres. Pedintes podem entrar no shopping, mas não podem pedir dinheiro. Já no Mueller a segurança é orientada pra impedir sua entrada, diz o gerente-técnico do shopping, Osnir Marquetti.

Outro problema são grupos grandes de jovens que pretendem entrar nos shoppings. No último domingo, seguranças do Crystal Plaza Shopping barraram um grupo de 30 adolescentes recém-saído da danceteria Loft, que havia sido fechada pela polícia. Os jovens acusaram a direção do shopping de discriminação, mas o coronel reformado Luiz Eduardo Hunzicker disse que fechou a entrada da Avenida Batel porque já estava na hora de encerrar o expediente das lojas. “A outra entrada continuou aberta.”

No Estação, aos domingos, um grupo de jovens ocupa habitualmente certas mesas da praça de alimentação, segundo Gesiele Nogueira e Ana Cristina Correia, que trabalham no local. “Eles gritam, ocupam o espaço e não consomem nada. Estão sempre mal-apresentados, ou muito coloridos ou usando só preto”, diz Gesiele. Nesses casos, informa Delmassa, a segurança pode advertir o grupo, mas os jovens só são retirados se incomodarem os clientes. (CAMPOS, Marcio Antonio. *Contra a violência, entrada limitada. Gazeta do Povo*, Paraná, 13/11/05, p. 5).

07. Considere as afirmativas quanto aos termos “normais” e “suspeitos”, incluídos no primeiro parágrafo.

- I. Há possibilidade de que entre os freqüentadores considerados “normais”, estejam pessoas dispostas a roubar ou causar algum transtorno, no entanto elas estão menos sujeitas à barração.
- II. Há possibilidade de que entre os “suspeitos” estejam pessoas dispostas a circular pelo shopping sem a intenção de cometer delitos, no entanto a experiência de Gustavo desmente isso.
- III. Há possibilidade de que os “suspeitos” sejam observados com mais atenção pelos seguranças dos shoppings, no entanto um dos estabelecimentos desmente essa hipótese.
- IV. Há possibilidade de que os “normais” sejam incomodados por grupos de jovens, no entanto a segurança não tem permissão para restituir-lhes a tranqüilidade nem para retirar os perturbadores.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

08. Sobre a relação entre Gustavo, o movimento hip hop e a barração nos shoppings, assinale a alternativa correta.

- a) Gustavo não é integrante do movimento hip hop, mas foi barrado no shopping por sua semelhança com os integrantes das gangues.
- b) Gustavo é integrante do movimento hip hop, mas reconhece que outros jovens pertencentes a gangues do movimento são responsáveis pela sua barração no shopping.
- c) Gustavo é integrante das gangues do hip hop, mas quando foi barrado no shopping estava procurando um livro e não queria causar tumulto.
- d) Gustavo não é integrante das gangues do hip hop, mas admite com resignação que certos jovens do movimento provocaram sua barração no shopping.
- e) Gustavo é integrante do movimento hip hop, mas não aceita passivamente a barração no shopping nem sequer ser visto como suspeito.

09. Considere as frases “Nós temos lojas dirigidas ao público que nos acusa de barrá-lo” e “Eles gritam, ocupam o espaço e não consomem nada”.

- I. Embora as duas frases ostentem conteúdo diferente sobre o shopping e as pessoas que nele transitam, há, em ambas, referência ao consumo como demonstração do comportamento valorizado naquele ambiente.
- II. Os grupos citados em ambas as frases são tolerados pela inexistência de normas que amparem a retirada à força de pessoas daqueles estabelecimentos.
- III. O público mencionado na primeira frase é admitido no interior do shopping desde que restrinja sua circulação às lojas específicas.
- IV. A segunda frase revela insatisfação de funcionários do shopping com a permanência de grupos de jovens barulhentos no interior do estabelecimento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

10. Ainda sobre o texto, assinale a alternativa correta.

- a) Há denúncias de discriminação, mas as gerências dos shoppings se negam a confirmá-la.
- b) Há acusações de discriminação, mas os shoppings a justificam alegando que algo deve ser feito para conter a violência.
- c) Há rumores de discriminação, mas as supostas vítimas preferem manter-se em anonimato, demonstrando pouca convicção sobre a segregação que as atingiria.
- d) Há confirmação de discriminação, mas a segurança não pode tomar providências para diminuir os problemas de violência no interior dos shoppings.
- e) Há suspeita de discriminação, mas os seguranças estão desinformados quanto à ocorrência desses problemas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11- “A partir da Declaração Universal de 1948, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção dos direitos internacionais. A primeira fase de proteção dos direitos humanos foi marcada pela tônica da proteção geral, que expressava o temor da diferença com base na igualdade formal [...]. Torna-se, contudo insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nesta ótica determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada [...]. Como enfrentar a problemática da discriminação? No âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, destacam-se duas estratégias: a) a estratégia repressivo-punitiva (que tem por objetivo punir, proibir e eliminar a discriminação); b) a estratégia promocional (que tem por objetivo promover, fomentar e avançar a igualdade)”. (PIOVESAN, Flávia. *Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos*. In: SANTOS, Sales Augusto, Org. , *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 40-41).

Sobre a vertente em que se baseia a concepção contemporânea de igualdade no Direito Internacional dos Direitos Humanos, é correto afirmar:

- a) O direito à igualdade deixa de ser um direito fundamental, na medida em que impede um tratamento especial da diferença e da diversidade dos grupos sociais mais vulneráveis.
- b) Enfatiza o caráter unidimensional da justiça: o reconhecimento da diferença é que permite a garantia da igualdade.
- c) Expressa que a diferença passa a ser utilizada para a aniquilação de direitos.
- d) Destaca que a igualdade material garantida nas leis corresponde ao ideal de justiça social e distributiva, porque o *status* na sociedade decorre exclusivamente do pertencimento a uma determinada classe social.
- e) Demonstra a necessidade de conferir a determinados grupos sociais uma proteção especial e particularizada, em face das especificidades e peculiaridades de sua condição social.

12- “Um casal está preso na 18ª Subdivisão Policial, em Telêmaco Borba, acusados de negligenciar nos cuidados com os filhos. A prisão foi deflagrada depois que um dos filhos do casal, Geovane Lemes Domingues, de 8 anos, morreu no dia 23 de dezembro, em decorrência de asfixia por bolo de ascaris – ou seja, o garoto morreu sufocado por lombrigas. Os pais, Odilon Domingues, 35 anos, carvoeiro, e a mãe, Cleonice Aparecida Lemes, 26 anos, dona de casa, foram presos em flagrante na última sexta-feira, depois que a delegada Mônica Meister tomou conhecimento da morte de Geovane e da situação precária em que viviam os outros três filhos do casal, um menino de 4 anos, e duas meninas, de 5 e 9 anos. A família vive no vizinho município de Imbaú. A delegada explica que o casal foi preso não pela morte do garoto, mas por colocar em risco a vida dos outros três filhos. As crianças foram encontradas sujas, com piolhos e aparentemente desnutridas, vivendo junto de baratas e de comidas estragadas. Elas foram encaminhadas para uma casa-lar de Telêmaco Borba, onde estão recebendo cuidados médicos”. (*Folha de Londrina*, Cidades. Redação Bonde, Londrina, disponível em www.bonde.com.br, 11/01/2006).

Com base no texto, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na legislação brasileira que trata do assunto, é correto afirmar:

- a) A ação da delegada apóia-se na violação das medidas de proteção à criança e ao adolescente previstas pela legislação vigente, por falta, omissão ou abuso dos pais, e no crime de abandono material previsto no Código Penal.
- b) A delegada exorbitou as suas funções, já que é uma atribuição exclusiva dos Conselhos Tutelares a denúncia de omissão ou maus tratos contra a criança e o adolescente ao Ministério Público.
- c) A sociedade e o Estado estão isentos de responsabilidade após a constatação do crime de negligência praticado contra as crianças de Imbaú, tendo em vista que a falha é dos pais, por omissão nos cuidados básicos.
- d) A negligência nunca será objeto de ofensa do Estado aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, sobretudo no caso da oferta irregular ou inexistência de ações e serviços na área da saúde.
- e) A negligência é um crime de omissão aos direitos da criança e do adolescente por falta ou carência de recursos materiais, podendo a delegada decretar a suspensão do poder familiar (pátrio poder) dos pais.

13- “A natureza das medidas não é de retribuição ao lesado (seja pessoa ou patrimônio), mas de sanção ao adolescente pela conduta infratora. O Estado de Direito tem respostas definidas à prática do crime, instituindo mecanismos de contenção social, que no caso do adolescente são as medidas sócio-educativas. Portanto não é adequado tratar o adolescente como vítima do fato, e sim como autor do fato (sob o aspecto da categoria jurídica), pois assim ele será processado com uma série de garantias (de defesa técnica, de juiz imparcial e outras), utilizando toda qualidade de armas desta defesa” (PEREIRA, Irandi; MESTRINER, Maria L. *Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade*. São Paulo: IEE/PUC-SP, Febem-SP, 1999, p.11).

No texto, as autoras se referem à concepção:

- a) Contida no Código de Menores (Lei 6697/79), mais exatamente no tópico que trata das medidas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.
- b) Que os profissionais da área de educação gostariam que fosse contemplada em uma legislação a ser elaborada e voltada para os adolescentes em conflito com a lei.
- c) Contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) sobre as medidas aplicadas aos adolescentes em conflito com a Lei.
- d) Contida no Código Penal Brasileiro (Lei 2848/40), quando se refere aos adolescentes em conflito com a lei.
- e) Contida na Lei 17.943-A, de 1927, que se constituiu no primeiro código brasileiro de menores.

14- “Os adolescentes parecem se reunir em bancas [grupos de amigos] de acordo com suas afinidades e interesses. Tanto os jovens que estão em conflito com a lei quanto aqueles que nunca se envolveram em atos infracionais, buscam em seus pares referências para a formação de identidades. Pertencer a um grupo, criar uma linguagem própria, vestir roupas semelhantes à de seus pares, entre outras coisas, fazem parte da adolescência. Além do sentimento de pertença, as rivalidades entre adolescentes também parecem ser originadas e mantidas pelos fatores sociais [...] Com tantas carências materiais e diante da perspectiva de um limitado horizonte, a violência parece ser vista como uma forma de sobrevivência [...], parece ser esperado que cada membro passe a viver a lei do meio e atenda ao interesse do grupo”. (PEREIRA, Fernanda R.P. *Jovens em Conflito com a lei: a violência na vida cotidiana*. Dissertação de mestrado, Depto. de Psicologia e Educação, FCL de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2002, p. 126).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a adolescência, é correto afirmar:

- a) Numa época em que os adolescentes são mais individualistas, a busca de identificação com o coletivo só pode ser explicada por razões materiais.
- b) Os adolescentes se agrupam para lidar com um mundo ameaçador sem regra nem lei.
- c) As ações dos adolescentes possuem referências norteadas por regras e normas universais, que se aplicam aos demais grupos sociais.
- d) Os adolescentes podem se reunir em grupos de acordo com suas afinidades e interesses, em vários casos originados por práticas sociais estabelecidas fora das unidades de internação.
- e) Os sentimentos e os interesses comuns que unem os adolescentes em grupos específicos decorrem da condição de extrema pobreza em que vivem.

15- “A adolescência é uma fase de mudanças. E toda mudança gera algum grau de angústia, de medo. Insegurança, timidez, problemas com auto-estima podem levar o jovem a procurar a droga [...] Nessa fase a descoberta de novas possibilidades, a curiosidade, a inquietação, a pressão do grupo podem trazer a ilusão de que as drogas abrirão novas portas [...]. Além disso, muitos grupos usam o álcool ou algum outro tipo de droga como fator de identificação”. (BOUER, Jairo. *Álcool, cigarro e drogas*. São Paulo: Editora Panda, 2004).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o adolescente usuário ou dependente de drogas, considere as afirmativas a seguir.

- I. Os educadores devem adotar um discurso proibitivo, como a melhor alternativa para resolver o problema do uso e da dependência das drogas pelo adolescente.
- II. É necessário que os educadores compreendam como os adolescentes constroem o mundo social em que vivem.
- III. O consumo de drogas ilícitas transita por um universo que envolve segredos compartilhados, muitas vezes, apenas por integrantes do grupo social que as utiliza.
- IV. O ingresso no mundo das drogas é motivado por um conjunto de fatores, envolvendo várias situações de vulnerabilidade pessoal e social.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

16- “Tem-se dito sempre que os meninos são mais agressivos que as meninas, que há mais casos de meninos agressivos que de meninas. Ultimamente, entretanto, essas diferenças estão diminuindo, provavelmente devido às mudanças sócio-culturais [...] Alguns autores afirmam que as meninas tendem a desenvolver condutas cooperativas mais precocemente, modelo que logo se aplica à situação escolar. Também sugere que os meninos possam desenvolver, ao invés de condutas cooperativas, condutas competitivas. E isso favoreceria um modelo mais agressivo de comportamento”. (BALLONE, G.J. *Violência e Agressão; da criança, do adolescente e do jovem*. In. *PsiquWeb Psiquiatria Geral*, disponível em www.virtualpsy.locaweb.com.br, 10/01/06).

Com base no texto, é correto afirmar:

- a) A redução da diferença nas condutas agressivas de meninos e meninas sugere que elas se devem ao processo de socialização.
- b) As condutas cooperativas constituem uma situação de risco e predisõem indiscriminadamente meninos e meninas ao desenvolvimento de condutas agressivas.
- c) Os meninos tendem a apresentar maior maturidade emocional e fisiológica, o que facilita o processo de socialização, a convivência e a cooperação grupal.
- d) As eventuais diferenças de conduta agressiva entre os sexos surgem tardiamente, após a fase de socialização característica da idade escolar.
- e) As condutas mais agressivas dos meninos sinalizam que as meninas tendem a desenvolver um comportamento mais dócil, estritamente motivado por uma questão de herança biológica.

17- “O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pode ser considerado um dos desdobramentos mais importantes da Constituição de 1988, a qual no seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, direitos considerados essenciais [...]. O artigo determina, também, que crianças e adolescentes devem ser protegidos contra toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”. (SALES, Mione A; MATOS, Maurílio C. de; LEAL Maria C., Orgs., *Política social, família e juventude*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p.147).

De acordo com o texto, é correto afirmar que o ECA:

- a) Distancia-se da Constituição de 1988, na medida em que ambos são incompatíveis com a realidade brasileira.
- b) Regulamenta conquistas presentes na Constituição de 1988, visando promover mudanças na área.
- c) Constitui um avanço legal se comparado à Constituição, pois preconiza uma ampliação significativa dos limitados horizontes da Constituição de 1988.
- d) Compartilha dos princípios de proteção à infância e à juventude presentes nas Constituições Federativas anteriores à que foi promulgada em 1988.
- e) Traduz os anseios da sociedade e serve de base à elaboração da Constituição de 1988.

O caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa da Seguridade Social brasileira, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados, está previsto na Constituição Federal de 1988 (Título VIII, art. 194). Com base nessa assertiva e nos conhecimentos sobre o ECA, responda às questões 18 e 19.

18- O ECA prevê a descentralização da gestão administrativa da política de atendimento à criança e ao adolescente por meio:

- a) Dos Conselhos Tutelares e do Ministério Público.
- b) Do repasse de recursos diretamente dos Estados para as entidades de atendimento.
- c) Da municipalização do atendimento e da criação de Conselhos de Direitos em todas as esferas de governo.
- d) Das Organizações Não-Governamentais.
- e) Da criação de Varas Privativas para a infância e a juventude no âmbito do Poder Judiciário e da fiscalização intensiva realizada pelo Ministério Público.

19- O ECA estabelece a participação da comunidade em geral na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- a) Como uma diretriz da política de atendimento.
- b) Como uma obrigação legal de todos os trabalhadores a ser implementada por meio de seus sindicatos.
- c) Vinculada à prestação de serviços comunitários em entidades filantrópicas.
- d) Como uma opção das prefeituras, caso queiram democratizar sua administração.
- e) A partir da indicação feita pelas autoridades para a composição dos Conselhos Tutelares.

20- O ECA adota como paradigma a doutrina da proteção integral. Sobre os traços que caracterizam a doutrina da proteção integral, considere as afirmativas a seguir.

- I. A Lei se propõe a ser instrumento para o conjunto da categoria infância/juventude e não apenas para alguns segmentos.
- II. A Lei prevê a presença do advogado e compreende que a missão específica do Judiciário é dirimir conflitos.
- III. A Lei prevê a compreensão da categoria infância/juventude como objeto e destinatário da política de proteção.
- IV. A Lei busca eliminar as interações desvinculadas do cometimento de delitos ou contravenções.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

21- Tendo como base o ECA e os conhecimentos sobre a distinção existente entre inimputabilidade penal e impunidade, é correto afirmar:

- a) O ECA garante a impunidade aos menores de 18 anos como forma de assegurar a proteção integral aos mesmos.
- b) No ECA o conceito de inimputabilidade penal se associa à idéia de que o adolescente é sujeito de direitos e de responsabilidades.
- c) A impossibilidade de responsabilizar o menor de 18 anos por seus atos, garantida pela inimputabilidade penal, impede qualquer medida de caráter punitivo.
- d) No ECA, os conceitos de impunidade e de inimputabilidade penal apresentam significado semelhante.
- e) A exclusão da responsabilidade penal, que garante ao adolescente não responder por seus atos diante de uma Corte Penal, é o fundamento da impunidade.

22- Sobre os princípios básicos previstos nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, é correto afirmar:

- a) O sistema de justiça da infância e da juventude deve respeitar os direitos e a segurança dos jovens, realizando esforços para abolir a prisão.
- b) A reclusão de um jovem pode ser adotada em qualquer situação e pelo espaço de tempo necessário à sua ressocialização.
- c) As regras devem ser aplicadas aos jovens de forma diferenciada, adotando como critérios de tratamento as crenças religiosas e culturais, bem como as práticas e preceitos morais.
- d) Os jovens privados de sua liberdade necessitam de atenção e de proteção especial, que assegurem o seu bem-estar tão-somente no período em que estiverem internados.
- e) A liberdade é um dos princípios básicos das Nações Unidas e deve ser plenamente garantida aos jovens internados.

23- Sobre os objetivos das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, considere as afirmativas a seguir.

- I. Estabelecem normas mínimas para a proteção dos jovens privados de liberdade, de maneira compatível com os direitos humanos e liberdades fundamentais.
- II. Exigem que os Estados membros adaptem sua legislação, suas políticas e práticas, especialmente a capacitação do pessoal da justiça da infância e da juventude.
- III. Apresentam padrões práticos de referência, de estímulo e de orientação aos profissionais que participam do sistema de justiça da infância e da juventude.
- IV. Incentivam parcerias e colaborações entre as organizações oficiais ou entre os profissionais e instituições que se ocupam da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

24- Sobre as orientações para a administração dos centros de detenção de jovens, quanto à educação, às atividades recreativas e esportivas, à formação profissional e ao trabalho, previstas nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, é correto afirmar:

- a) Dos jovens poderá ser exigido algum tipo de trabalho como uma forma de castigo disciplinar ou de reparação de um dano cometido contra o patrimônio físico do centro de detenção.
- b) O jovem em idade de escolaridade obrigatória terá o direito de receber ensino adaptado às suas necessidades e capacidades, visando prepará-lo à reintegração na sociedade.
- c) O jovem poderá receber formação para exercer uma profissão, desde que atenda aos interesses e às necessidades institucionais quanto ao tipo de trabalho.
- d) Aos jovens privados de liberdade deverão ser aplicadas normas de proteção ao trabalhador diferenciadas das normas nacionais e internacionais adotadas para crianças e jovens trabalhadores.
- e) Sempre que possível deverá ser dada ao jovem a oportunidade de realizar um trabalho, desde que não remunerado.

25- Sobre as orientações para a administração dos centros de detenção de jovens, quanto aos contatos com a família e com a comunidade em geral, previstos nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, é correto afirmar:

- a) Aos jovens deverão ser oferecidos os meios para garantir seu vínculo com o mundo exterior.
- b) A periodicidade das visitas de familiares aos jovens internos será definida pela direção do centro, de acordo com a infra-estrutura disponível.
- c) O jovem que cometeu ato gravíssimo está legalmente impedido de receber correspondência e de se comunicar por escrito ou por telefone.
- d) O jovem terá acesso a jornais, revistas e outras publicações, programas de rádio e outros veículos de comunicação em situações extraordinárias.
- e) As visitas de familiares aos jovens estão condicionadas à observação de um técnico designado pelo coordenador do centro e devem ser registradas em relatório.

26- As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade tratam das limitações da coerção e do uso da força física. Com base nestas regras sobre o uso da força ou instrumentos de coerção, é correto afirmar:

- a) Poderão ser adotados quando todos os demais meios de controle tiverem sido esgotados, independentemente de qualquer lei ou regulamento e por qualquer profissional da instituição.
- b) Serão proibidos somente em casos excepcionais e diante da possibilidade de causar lesões graves, sem necessidade de consultar ou informar à autoridade administrativa superior.
- c) Poderão ser adotados somente quando os demais meios de controle tiverem se esgotado e pela forma prevista em lei ou regulamento, sem que causem lesão, humilhação e nem degradação.
- d) Poderão ser permitidos em qualquer situação, independente dos riscos que possam trazer aos funcionários ou visitantes e da gravidade dos danos materiais.
- e) Por ordem do diretor do centro, poderá ser permitido o uso de armas pelos funcionários em rebeliões e tentativas de fuga.

27- Sobre as medidas e procedimentos disciplinares previstos na legislação brasileira e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, considere as afirmativas a seguir.

- I. Deverão contribuir para a segurança e para a vida comunitária ordenada e ser compatíveis com o respeito à dignidade do jovem e com objetivo fundamental do tratamento institucional.
- II. Deverão contribuir para infundir um sentimento de respeito às normas de segurança da unidade e da coletividade, com a adoção de sanções coletivas exemplares.
- III. Deverão propiciar a reflexão individual, com a aplicação de medidas de recolhimento em cela escura, e as penalidades de isolamento ou de solitária.
- IV. Deverão contribuir para infundir um sentimento de justiça e de respeito por si mesmo e pelos direitos fundamentais de toda pessoa.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

28- No desempenho de suas funções, conforme as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, o pessoal dos centros de internação deverá respeitar alguns procedimentos. Sobre esses procedimentos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Manter sigilo sobre as decisões de âmbito interno, que envolvam castigos, medidas corretivas ou disciplinares severas aplicados aos jovens, para evitar prejuízos da imagem dos mesmos.
- II. Zelar pela proteção da saúde física e mental dos jovens, incluída a proteção contra a exploração e maus tratos físicos, sexuais e afetivos.
- III. Respeitar o direito do jovem à intimidade e todas as questões confidenciais relativas a ele ou a sua família, que venham a conhecer no exercício de sua atividade profissional.
- IV. Informar os jovens sobre os regulamentos internos, metodologia de trabalho e procedimentos disciplinares, bem como outras questões que facilitem a compreensão dos seus direitos e obrigações durante o internamento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

29- Os registros, relatórios e os estudos de caso são instrumentos essenciais e obrigatórios no acompanhamento do cumprimento da medida de internação do adolescente. Sobre a finalidade destes documentos e com base nos conhecimentos sobre a legislação brasileira que trata da infância e da juventude e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, é correto afirmar:

- a) São de caráter estritamente confidencial a serem utilizados pelas pessoas que participam diretamente da tramitação do caso ou devidamente autorizadas.
- b) Podem ser utilizados em processos de adultos, em casos subseqüentes, que envolvam o mesmo infrator.
- c) São utilizados estritamente para a comunicação de atos de indisciplina do adolescente que ocorrem no período de internação, visando posterior comunicação ao juiz.
- d) São documentos que subsidiam os funcionários na sua decisão sobre o término da medida de internação.
- e) São de domínio público e as informações neles contidas podem ser divulgadas para a sociedade.

30- “A administração de alguns programas sócio-educativos oficiais é outra fonte de problemas muito graves. O atendimento burocrático ao adolescente em dificuldade faz com que ele se sinta como um papel tramitando de repartição em repartição, de forma impessoal e descuidada. Este comportamento reforça o caráter abstrato da relação educativa e destrói no jovem qualquer esperança de atenção, solicitude, de acolhimento da qual ele pudesse ter sido portador ao chegar ali”. (COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Pedagogia da presença: da solidão ao encontro*. Belo Horizonte, Modus Faciendi, 1997, p. 58).

Com base no texto, é correto afirmar:

- a) O caráter administrativo burocrático dos programas sócio-educativos governamentais revela o desinteresse do Estado para o acolhimento do adolescente.
- b) A configuração da relação educativa como algo abstrato para o educando está relacionada com a burocratização da administração, presente em alguns programas sócio-educativos.
- c) O atendimento burocrático ao adolescente, inerente aos programas sócio-educativos, é a condição para que o processo educativo ocorra de forma impessoal.
- d) As esperanças de atenção, acolhimento e solicitude do adolescente em dificuldades podem ser supridas por atendimento externo à instituição.
- e) O atendimento burocrático ao adolescente em dificuldades, proporcionado por alguns programas sócio-educativos oficiais, deve ser exemplarmente substituído por alternativas de atendimento informais.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 31 a 33.

“Tudo parecia tranqüilo. Os adolescentes [...] desceram, por volta das 9:30, tomaram o café e começaram a se aproximar de nós para começarmos o trabalho. Neste meio tempo, uma das assistentes sociais veio até o pavilhão para buscar um adolescente para o atendimento individual. Eles saíram sozinhos e pouco tempo depois ele voltou correndo e começou a esmurrar o portão. Um dos líderes do pavilhão 5 começou a gritar para que o monitor abrisse logo o portão, pois os internos do pavilhão 1 queriam bater no adolescente que estava do lado de fora. O monitor abriu o portão e o adolescente entrou correndo.

Parecia que tudo já estava resolvido quando os adolescentes do pavilhão 1 começaram a chutar o portão e a xingar os internos do pavilhão 5. A rapaziada do 5 parecia desesperada e logo começou a se armar com pedaços de tijolos, que estavam ali porque seria construída uma mureta para a ducha recém instalada no pavilhão [...] Em poucos segundos eles quebraram a vassoura e a mesa e fizeram armas com os pedaços de pau. De repente, o portão foi arrombado e o alvoroço aumentou. Era um corre-corre e uma gritaria [...]. Enquanto o monitor esbravejava e tentava conter os invasores, os internos do 5 partiram para a briga. O diretor e um dos coordenadores do pavilhão 1 chegavam correndo e, depois de muito custo, conseguiram levar os invasores para outro local [...] isto não durou mais que cinco minutos [...] Enquanto uns continuavam a gritar, outros tentavam se acalmar. Um dos internos fez com que todos subissem para os dormitórios para que escutassem o RAP [...] Nos dormitórios a briga continuava, só que agora entre os internos e os monitores, que tentavam retirar os pedaços de tijolos que os adolescentes tinham escondido, caso houvesse uma nova invasão. O monitor pediu a todos que se acalmassem e colocou RAP no volume máximo, para acabar com a gritaria. Todos pararam e, como num passe de mágica, começaram a dançar e a cantar [...]”. (Relato de um episódio ocorrido na FEBEM de Ribeirão Preto, em 1998. PEREIRA, Fernanda R.P. *Jovens em Conflito com a lei: a violência na vida cotidiana*. Dissertação de mestrado, Depto. de Psicologia e Educação, FCL de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2002).

31- Com base no texto e nos conhecimentos sobre os centros de internação de jovens no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

- I. **Em situações de conflito, a reação dos monitores/educadores para conter as brigas entre os internos e para preservar a integridade destes deve ser a de aguardar que se entendam e se acalmem sozinhos.**
- II. **É fundamental que as equipes de profissionais que atuam nessas instituições entendam os motivos que levam os jovens internos a praticarem a violência entre si.**
- III. **Os conflitos entre os internos podem mobilizar os adolescentes e todos aqueles que trabalham na instituição.**
- IV. **A convivência entre os internos pode ser pacificada em qualquer situação de conflito com músicas de RAP, por estas produzirem um efeito atenuante da tensão.**

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

32- Ainda com base no texto e nos conhecimentos sobre os conflitos entre jovens nos centros de internação, é correto afirmar:

- a) As brigas iniciadas nos centros de internação são motivadas pela presença de pessoas externas à instituição.
- b) Os jovens que nas ruas pertencem a grupos rivais, quando internos, sempre estabelecem pactos de não-agressão.
- c) A convivência pacífica entre os jovens em centros de internação pode ser assegurada com a separação, por exemplo, pelo bairro de origem.
- d) Os conflitos entre os internos podem ser iniciados por diferentes motivos e mesmo um acontecimento banal pode gerar conflitos de proporções imprevisíveis.
- e) A violência dos jovens internos como reação ao desrespeito dos funcionários aos seus direitos é fato raro nos centros de internação brasileiros.

33- Sobre a utilização das músicas de RAP como recurso pedagógico para a educação de jovens em centros de internação no Brasil, é correto afirmar:

- a) Os grupos de música RAP, brasileiros, apresentam idéias ingênuas e bem-humoradas sobre a periferia, o que propicia o emprego desse tipo de música em ambientes de permanente tensão social.
- b) Os jovens internados podem ter acesso à música RAP como uma forma de valorização crítica do seu ambiente cultural original no processo educativo.
- c) Quaisquer músicas de protesto e incitação à violência, como o RAP, devem necessariamente passar por uma censura preliminar, devendo os jovens internados ter acesso restrito a elas.
- d) O RAP nos bairros de periferia é uma forma de “guerra” entre grupos rivais e o acesso dos jovens internados a esse tipo de música provoca violentos conflitos internos.
- e) Existe uma banalização da violência nas letras de RAP dos grupos brasileiros de modo geral, e isso impede a reflexão do jovem sobre as conseqüências da delinqüência.

34- “Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem ‘ver para crer’, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre ‘crer para ver’. De fato, quem não apostar que existem nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo”. (COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999, p. 14).

Sobre a postura do educador condizente com a proposta do texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. **É importante saber o que o educando não tem, o que não sabe, ou o que sua família não lhe proporcionou, para suprir essas deficiências aproximando-o dos padrões socialmente aceitos.**
- II. **É necessário que o educador exija pouco do educando, evitando assim desrespeitá-lo.**
- III. **Deve-se evitar que a visão do ladrão, da prostituta, ou do viciado, existente nos prontuários e relatórios, impeça o educador de ver a criança ou o jovem que está diante dele.**
- IV. **Vale utilizar o conhecimento do passado do educando para reconhecer os limites a serem transpostos pelo processo educativo.**

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

35- “Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. Há uma natureza testemunhal nos espaços tão lamentavelmente relegados das escolas”. (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 29ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 44).

Com base no texto, é correto afirmar que o autor:

- a) Desconsidera o potencial educativo da vivência que ocorre fora dos muros da escola.
- b) Reafirma que a escola pode vir a organizar as experiências educativas cotidianas dos indivíduos.
- c) Valoriza a sala de aula como espaço, por excelência, da educação informal.
- d) Afirma que os ambientes sociais fora da escola são destituídos de significado.
- e) Defende a educação nas ruas e no trabalho, desvalorizando o espaço formal das escolas.

36- “A respeito da tão mencionada apatia dos jovens se deve assinalar que tal posição corresponde a uma visão enviesada da realidade, que pretende estabelecer que as associações do tipo partidos políticos, sindicatos e movimentos juvenis sejam a essência da participação democrática. Pelo contrário, os jovens demonstram enorme interesse pela coisa pública e apresentam elevado grau de participação em organizações ecológicas, feministas, esportivas, culturais e religiosas. O seu desinteresse por esse tipo de associação não é indiferença pela coisa pública. Tem a ver basicamente com o fato de que esses instrumentos de participação estão passando por uma crise muito forte de identidade e de legitimidade frente à sociedade a que pertencem”. (DIAZ, Marcelo. In: COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p.189).

Com base no texto, é correto afirmar:

- a) O desinteresse e a apatia dos jovens na sociedade atual são fruto da falta de compromisso e de responsabilidade com as questões coletivas.
- b) As organizações estudantis passam por uma crise de identidade e de legitimidade, decorrentes das incertezas no campo das idéias que caracterizam a juventude na atualidade.
- c) Os jovens de hoje estão destituídos dos princípios básicos da democracia política, como a iniciativa, a solidariedade e a justiça, indispensáveis para desenvolver qualquer projeto social.
- d) Predomina entre os jovens a identificação com grupos esvaziados de preocupações políticas e sem interesse pela coisa pública.
- e) A associação simplista entre participação democrática e participação em organizações tradicionais de trabalhadores e estudantes estimula a compreensão equivocada de que os jovens de hoje são indiferentes.

37- “O termo ‘protagonismo’, em seu sentido atual, indica o ator principal, ou seja, o agente de uma ação, seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social. No entanto, quando falamos em protagonismo juvenil, estamos nos referindo a um tipo particular de protagonismo, que é aquele desenvolvido pelos jovens [...]. Estamos tratando de adolescentes ou, no máximo, de adolescentes e de jovens adultos. [...] Temos de pensar no significado da adolescência como fase de transição, ou seja, fase de travessia. [...] Travessia entre a heteronomia da infância e a autonomia da idade adulta, entre o mundo da educação e o mundo do trabalho, entre a condição de filho e a possibilidade de fazer filhos. [...] O protagonismo juvenil relaciona-se, basicamente, com a preparação para a cidadania”. (COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p. 21).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o protagonismo juvenil, considere as afirmativas a seguir.

- I. **É uma forma de educação para a cidadania, orientada mais pelo curso dos acontecimentos do que pelo discurso, em que o jovem ocupa uma posição de centralidade.**
- II. **O protagonismo juvenil ocorre quando os jovens desenvolvem uma ação de maneira totalmente autônoma, sem nenhuma participação das pessoas do mundo adulto.**
- III. **Um aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade.**
- IV. **Por se tratar de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, com autonomia relativa, o protagonismo juvenil implica a condução do processo com escolhas e decisões do educador.**

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

38- “Educar o adolescente em instância de liberdade é abri-lo para si mesmo, conduzindo-o à autodeterminação. Mas, para que sua liberdade seja fonte de felicidade, será preciso que sua educação o conduza a abrir-se para os outros”. (CHARBONNEAU, Paul Eugène. In: COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p. 217).

“Para fazer frente às tormentas do individualismo, utilitarismo e imediatismo que sacodem nossa embarcação, impõe-se que resgatemos com determinação os valores de solidariedade e da ética, que nos permitirão prosseguir a viagem sem riscos de nos desviarmos”. (FERREIRA, Silvia Whitaker. In: COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p.99).

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre a educação de jovens, é correto afirmar:

- a) A educação do adolescente que o conduza à autodeterminação exige uma atuação disciplinadora sobre ele, tendo em vista a completa ausência de limites e de valores éticos nessa fase.
- b) O educador pode ajudar o adolescente a mudar seu modo de agir repassando aos familiares deste a responsabilidade pelos atos ilícitos cometidos pelo jovem.
- c) A educação de adolescentes deve conduzi-los a uma normatização da sua conduta a partir dos outros e sob a tutela do educador.
- d) A adoção da perspectiva pedagógica libertadora com o adolescente pressupõe a mudança cultural das pessoas, das instituições e das organizações comunitárias em que a ação se desenvolve.
- e) O individualismo e o consumismo presentes no mundo atual exigem do educador o abandono dos valores éticos e solidários tradicionais e a adoção dos valores adaptados às imposições dessa realidade.

39- “Diz que levanta às 03:30 horas da manhã e sai com o pai. Às 05:30 horas chega na distribuidora dos jornais para apanhá-los. Atualmente apanha 15 jornais. Apresenta então a carteirinha da Fundação de Promoção Social [...] e não precisa pagar adiantado ou deixar um depósito. Chega à 07:00 horas no terminal ferroviário, que é seu ponto de vendas. [...] Termina de vender às 10:30 horas e vai para a CPT, onde acerta as contas das vendas. Terminado, pode almoçar. A Fundação dá uniforme, almoço e bola para eles se distraírem num campo que existe lá. Depois do almoço vai para casa, toma banho e vai para o colégio: das 13:00 às 17:00 horas. Atualmente está na 4ª série do 1º grau [ensino fundamental] e está atrasado porque parou de estudar um ano, segundo ele: ‘estava muito chato...’ Depois do colégio vai bater papo com os colegas na porta de casa”. (FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Org.) *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez/Unicef/CBIA, 1981, p. 191).

O texto acima se refere ao cotidiano de um adolescente com idade entre 14 anos completos e 18 anos incompletos. Com base no texto e nos conhecimentos sobre a legislação brasileira atual que normatiza o trabalho infanto-juvenil, é correto afirmar:

- a) A situação do adolescente é irregular, pois o pai não o acompanha por toda sua jornada de trabalho.
- b) A situação do adolescente é irregular, pois ele trabalha mais horas do que o permitido por lei.
- c) A situação do adolescente é irregular, pois ele não tem contrato profissional ou registro de aprendiz anotado na Carteira de Trabalho.
- d) A situação do adolescente é regular.
- e) É impossível saber se a situação do adolescente é irregular sem ter conhecimento de sua idade precisa.

40- “Grave como a violência é o muro de silêncio que cerca essa situação, construído pela indiferença da sociedade e pela cultura da impunidade dos agressores, o que se constitui em nova forma de violação às suas vítimas”. (UNICEF Brasil, Notícias, disponível em www.unicef.pt, 25/11/2005).

“Uma das formas mais perversas de violação dos direitos de crianças e adolescentes é o abuso e a exploração sexual, problemas bastante complexos, que envolvem prostituição, turismo sexual, tráfico de seres humanos, desaparecimento de jovens, pornografia infanto-juvenil e pedofilia na internet, entre outros aspectos [...]. Na esmagadora maioria dos casos, os autores desses crimes não recebem nenhum tipo de punição. O mercado do sexo de crianças e adolescentes se processa em dois mundos livres para a ilegalidade e para o crime. Um deles é o terreno baldio das políticas públicas e o outro é o mundo dos processos, em que reina a impunidade, e que é um mundo um pouco alheio à nossa ação [...] Um fenômeno que vem ocorrendo nos últimos anos é a interiorização da exploração sexual, que exige uma descentralização na política nacional de enfrentamento, pois não é mais apenas nas capitais e em outras grandes cidades que ela se manifesta”. (CASTANHA, Neide V., *Apud SUCUPIRA, Fernanda, Carta Maior*, disponível em www.agenciacartamaior.uol.com.br, 12/10/2005).

Com base nos textos sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e de adolescentes, é correto afirmar:

- a) A impunidade, o silêncio e as lacunas nas políticas públicas são considerados os principais entraves para superar o problema da violência sexual contra as crianças e os adolescentes.
- b) A violência sexual praticada contra as crianças e os adolescentes está restrita às grandes capitais.
- c) A violência sexual praticada contra as crianças e os adolescentes é um crime não previsto pela legislação brasileira, e isso impede a punição da prática dessas violações.
- d) A violência sexual é um problema negligenciado pelas autoridades públicas no Brasil, tendo em vista a aceitação da sociedade e dos próprios jovens para com ela.
- e) O silêncio em relação à ocorrência de violência sexual se deve essencialmente ao compromisso ético-profissional dos funcionários das instituições de atenção básica à população, a exemplo das unidades básicas de saúde e escolas.

CONHECIMENTOS GERAIS

41- “A conquista da cidadania plena pelas mulheres brasileiras depende não apenas das leis promulgadas, mas do reconhecimento desses direitos e do seu exercício por elas próprias. As lutas concretizaram as regras jurídicas. Cabe agora implementá-las, por meio de seu cumprimento no dia-a-dia da vida das comunidades”. (BICUDO, Hélio. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994, p. 54).

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre a violência contra a mulher no Brasil, é correto afirmar:

- a) As lutas políticas das mulheres, por meio dos movimentos sociais, contribuíram para o retrocesso da legislação.
- b) No que se refere à violência contra a mulher permanece um hiato entre os direitos conquistados e as práticas sociais.
- c) Apesar das regras jurídicas estabelecidas, as mulheres têm se recusado a exercitá-las em função da exigüidade da violência contra elas em países democráticos como o Brasil.
- d) As comunidades defendem que, por direito, as mulheres brasileiras são cidadãs plenas, porque reconhecem a fragilidade característica inerente a esse gênero.
- e) A Constituição Federal de 1988 concedeu a plena cidadania às mulheres brasileiras; após o que teve início a organização política feminina.

Leia o texto a seguir e responda às questões 42 e 43.

“A globalização é pensada, sobretudo em termos políticos, econômicos ou de comunicação. Mas seus efeitos indiretos sobre as culturas, as famílias, as tradições, a pauperização, os sistemas de saúde ausentes dos países em desenvolvimento e as epidemias mundiais, assim como a grande complexidade de sua relação com o terrorismo, não são muito levados em consideração. [...] Eu não podia me impedir de ver em filigrana aquele avião da companhia Sabena que voou de Conacri a Bruxelas transportando, sem que a tripulação soubesse, dois adolescentes do oeste da África escondidos no trem de aterrissagem. Sem nenhum futuro na África, Yaguine Koita, catorze anos, e Fode Tourkana, quinze, mataram apenas a si mesmos e morreram congelados, porque esperavam encontrar na Europa uma vida melhor. [...] Em um dos cadáveres encontrou-se uma carta que descrevia, melhor do que ninguém aquilo que devemos fazer pelos que vivem na doença, na ausência de educação, na exploração, na pobreza. Essa carta implorava aos dirigentes europeus: ‘Depositamos nossa confiança nos senhores. Ajudem-nos, por favor. Se nós nos sacrificamos e colocamos nossas vidas em perigo, é porque sofremos demais na África e precisamos de sua ajuda para lutar contra a pobreza e acabar com a guerra. Mas precisamos, sobretudo de educação. Por isso, pedimos que nos ajudem a estudar, para que, na África, nos tornemos como os senhores’”. (DU BOISROUVRAY, Albina. Um flagelo mundial: os órfãos da Aids. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (Org.). *Globalização para quem?* Uma discussão sobre os rumos da globalização. São Paulo: Futura, 2004, p. 108-116).

42- Com base no texto sobre a relação entre o processo de globalização capitalista e os seus efeitos nos países do mundo atual, é correto afirmar:

- a) A influência do processo de globalização está circunscrita aos setores econômicos e ao campo da atividade de comunicação dos países desenvolvidos.
- b) As tradições culturais das populações dos países periféricos identificam-se naturalmente com o processo de globalização, implementado pelo centro hegemônico do capitalismo mundial.
- c) Na atualidade, os problemas sociais relacionados aos sistemas de saúde e às epidemias mundiais estão desvinculados do processo de globalização.
- d) O terrorismo, motivado por diversas razões, é um fenômeno independente da imposição de um ordenamento social aprofundado com a globalização na contemporaneidade.
- e) Nos países periféricos os efeitos nocivos do processo de globalização são vivenciados cotidianamente por uma numerosa parcela da sua população.

43- Sobre a carta de um dos adolescentes mencionada no texto, é correto afirmar:

- a) Deve ser tomada como expressão do quão alienados e socializados pelos valores capitalistas os adolescentes foram, pelo fato de buscarem uma vida melhor para si.
- b) Revela o desejo explícito dos africanos em colonizar outros países e dominá-los, assim como o fizeram os europeus em seu continente.
- c) Apela à rede de solidariedade mundial a fim de ajudar os países africanos flagelados pela miséria e pelas doenças.
- d) Expressa o entendimento de que a solução para a pobreza está na fuga dos jovens africanos para os países ricos.
- e) Conclama à necessária intervenção militar europeia nos países africanos, na luta contra a pobreza e a guerra.

44- A discriminação de crianças negras nas escolas no Brasil é um grave problema para a educação no País. Segundo dados do UNICEF, crianças negras brasileiras têm duas vezes mais chance de serem excluídas e não freqüentar o Ensino Fundamental, em comparação com as crianças brancas. Em 1992, de todas as crianças que não freqüentavam a escola, 66,4% eram negras e 33,6% brancas; em 2003, esses valores quase não haviam se alterado: 67,9% das crianças fora da escola eram negras e 32,1%, brancas. A desigualdade de gênero na educação também é apresentada pela UNICEF, e informa que 46 países fracassaram em suas tentativas de cumprir com o objetivo de se alcançar igualdade de acesso à educação entre meninas e meninos até o final de 2005. Já no Brasil, o problema é inverso: 690 mil meninas e 805 mil meninos estão fora da escola. (Fonte: *Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, Genebra/Pequim; UNICEF, Brasil, Notícias, disponível em www.unicef.pt, 25/11/2005).

Sobre a desigualdade de acesso de crianças negras e brancas, e de meninos e meninas na escola no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

- I. No Brasil, apesar dos avanços recentes para a universalização do acesso ao ensino fundamental, as crianças negras continuam sendo excluídas das escolas.
- II. A inclusão de crianças negras na escola está muito perto de ser resolvida no Brasil, tendo em vista os grandes avanços apresentados na última década.
- III. Os dados demonstram que o problema da inclusão de meninas na escola já foi resolvido no país.
- IV. Os números indicam que no Brasil há mais meninas do que meninos incluídos nas escolas.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II, III.
- e) I, III e IV.

Leia o texto e responda às questões 45 e 46.

Segundo dados do IBGE, 2,7 milhões de crianças com idade entre 05 e 16 anos trabalham no Brasil ilegalmente e quase um milhão de crianças e adolescentes estão fora da escola porque trabalham. O trabalho infanto-juvenil apresentou uma redução de 4,6 milhões de 1992 para 2003, diminuirá nos próximos anos, mas não se extinguirá. Algumas formas de trabalho infantil, como o de aprendizes, não são necessariamente negativas.

As análises apresentam “tendências estratificadas” de queda. Faixa etária: maior queda na faixa entre 14 e 17 anos, com possibilidade de erradicação do trabalho de crianças de 05 a 09 anos até 2015. Raça: a queda ocorre em todas as raças. Sexo: as crianças do sexo masculino trabalham em maior número (quase o dobro), mas os dados sobre as meninas, que normalmente se dedicam à atividade doméstica, culturalmente desconsiderada como trabalho, podem velar os números observados, com queda mais lenta. Área de moradia: em queda, com maior proporção de trabalhadores nas zonas rurais (mais que o dobro da urbana). Região: as regiões nordeste e sudeste apresentam mais trabalhadores, com maior queda na sudeste, seguida das regiões centro-oeste e sul. A norte apresenta baixa queda (com probabilidade de erro estatístico).

Estudos específicos de 2003 mostram que quanto mais cedo uma pessoa começa a trabalhar, menor será, em média, sua renda por toda a vida. O trabalho infantil condena a pessoa a permanecer em um círculo vicioso: trabalho infantil, baixa escolaridade, baixo rendimento. Está intimamente ligado à renda domiciliar e a proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro quando se compara com aquelas que estudam. As crianças que freqüentam a escola trabalham menos. (Fontes: *UNICEF, Brasil, Notícias, São Paulo*, disponível em www.unicef.pt, 01/11/2005; *IPEC/OIT, Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, Notícias, Genebra*, disponível em www.onu.org, 23/11/2005).

45- Com base no texto sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil, é correto afirmar:

- a) A totalidade da sociedade brasileira superou a cultura arraigada de que o trabalho infanto-juvenil é educativo para os segmentos mais pobres da população.
- b) No país, embora o trabalho infanto-juvenil tenha diminuído, sua incidência continua sendo alta, indicando que será preciso identificar formas de redução mais rápidas.
- c) Os dados indicam que o trabalho infanto-juvenil em todas as faixas etárias diminuirá progressivamente e se extinguirá nos próximos anos.
- d) Todas as formas de trabalho infanto-juvenil são negativas, inclusive o de aprendizes, por inexistir na legislação um limite de horas para o trabalho que permita o acesso à escola.
- e) O trabalho infantil contribui para a pessoa romper com o círculo de pobreza, que inclui o trabalho precoce, a baixa escolaridade e o baixo rendimento.

46- Com base no texto sobre as tendências estratificadas do trabalho infanto-juvenil no Brasil, é correto afirmar:

- a) Os índices mostram que o número de meninos trabalhadores sempre foi menor que o de meninas, apesar da incorporação dos dados sobre o trabalho doméstico feminino nas estatísticas.
- b) A tendência de queda do trabalho infanto-juvenil é homogênea quando se observam os indicadores referentes à faixa etária e a identificação por zona urbana e rural.
- c) No que se refere à distribuição regional, os números indicam a região sul como a que apresenta o mais expressivo contingente de trabalhadores em atividade no segmento infanto-juvenil.
- d) Um conjunto de fatores sociais está associado com o trabalho infanto-juvenil, como a etnia, o sexo, a renda domiciliar, a freqüência escolar, o lugar de moradia, a origem urbana ou rural.
- e) As projeções indicam que há uma compatibilidade entre o trabalho infantil e a freqüência escolar.

47- Existem hoje no mundo cerca de 639 milhões de armas de pequeno porte, produzidas por mais de 1.200 empresas de pelo menos 98 países: 8 milhões a cada ano. Quase 60% das armas de pequeno porte estão nas mãos de civis. Pelo menos 16 bilhões de unidades de munição foram produzidas em 2001, o que significa mais de duas balas para cada habitante do planeta. Com esses números, a indústria do armamento é responsável por negócios que movimentam trilhões de dólares. Além disso, existe o problema da falta de controle sobre a circulação dessas mercadorias. (Fonte: ROLIM, Marcos; apud. WEISHEIMER, Marco Aurélio. Tudo o que o lobby das armas não quer que você saiba. *Carta Maior*, disponível em www.agenciartamaior.uol.com.br, 03/10/2005; *Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil - Notícias - Brasília*, disponível em www.onu.org, 24/08/2005).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o debate acerca do controle de armas, é correto afirmar:

- a) Os defensores dos direitos humanos reconhecem que qualquer política de controle de armas não constitui, em si mesma, resposta suficiente ao fenômeno moderno da violência, mas representa uma importante medida na luta contra a criminalidade.
- b) Existe um consenso na sociedade brasileira em torno dos efeitos das políticas relacionadas ao controle de armas.
- c) Os defensores do comércio de armas já provaram que a disponibilidade das armas de fogo nas mãos de civis aumenta a segurança da sociedade e contribui para a redução da violência no Brasil.
- d) O conceito de letalidade deve ser desconsiderado na discussão sobre o livre comércio de armas de fogo em função do seguinte argumento: armas não matam; são as pessoas que matam.
- e) A indústria e o comércio legal de armas geram milhares de empregos e não devem ser o foco do debate, pois o problema da violência e da criminalidade limita-se ao comércio ilegal das armas na fronteira entre Brasil e Argentina.

48- Segundo a ONU, existem 2,1 bilhões de excluídos sociais no mundo e 16% da população tem 80% do PIB mundial. Quanto ao Brasil, somos a 15ª economia do mundo e ocupamos o 109º lugar no ranking de exclusão. Temos o 4º maior PIB da América, mas somos o 28º em exclusão. (Fonte: *Relatório sobre a Situação Social Mundial 2005*, disponível em www.onu.org, 25/08/2005; *Folha de S. Paulo*, Notícias Online, disponível em www.folha.com.br, 16/06/2004).

A principal constatação é a de que a pobreza domiciliar e pessoal tem revelado uma tendência declinante ao longo da última década e foi mais significativa durante os anos mais recentes. Os ganhos mais expressivos de renda real ocorreram entre os pobres e indigentes localizados no meio rural e resultaram, em grande parte, das transferências oficiais de renda, tipo aposentadorias e pensões. (Fonte: *Brasil, o Estado de uma Nação*. Brasília: IPEA, 2005, disponível em www.en.ipea.gov.br).

Com base no texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. Existe uma evidente aproximação entre a identificação do potencial econômico do Brasil e os índices de pobreza e exclusão nacionais, o que indica a possibilidade de acabar com a desigualdade social brasileira em pouco tempo.
- II. A última década apresentou uma redução na incidência de pessoas pobres no Brasil, mas este se mantém como um dos mais desiguais do mundo.
- III. Persiste a concentração de renda no plano mundial e a pobreza continua a ser uma trágica realidade em um grande número de países.
- IV. As transferências oficiais de renda, como as aposentadorias e as pensões, são os fatores que mais contribuíram para a redução da pobreza e da indigência entre as pessoas residentes no meio rural.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

49- “O fotógrafo Sebastião Salgado em *Êxodos e Crianças*, retrata a vida de retirantes, refugiados e migrantes de 41 países. ‘Em todas as situações de crise - guerra, miséria ou desastres naturais – as crianças são as maiores vítimas, por serem mais fracas fisicamente e as mais vulneráveis emocionalmente[...] Percebi que estamos passando por uma transformação total dos meios de produção [...], vi que o ser humano e sua vida sedentária tradicional também estão passando por transformações.

Milhões de pessoas estão perdendo seu trabalho por causa da produção em massa. Acabam sendo expulsos da zona rural, mudando-se de uma região para outra. Alguns vão às cidades procurar trabalho. Estas ondas migratórias movem 120 milhões de pessoas por ano [...]. No setor industrial e de serviços ocorre a mesma coisa[...] Cidades como Paris, Nova York e Londres pertencem ao passado. As cidades do futuro são Bombaim, Manila, Jacarta, São Paulo e a Cidade do México [...]” (SALGADO, Sebastião. Entrevista a Carole Naggar em 29/03/2000; *Terra*, disponível em www.terra.com.br, 21/01/2005).



Criança deslocada que se perdeu de sua família, em Mopéia. Província de Zambeze, Moçambique, 1994.



Campo de Turanj para refugiados bósnios do enclave de Bihac. Krajina, Croácia, 1994.



Campo de detenção de Whitehead para refugiados vietnamitas. Crianças nascidas na prisão. Hong Kong, 1995.



Campo de Sakhi para refugiados do Tadjiquistão. Norte do Afeganistão, 1996.

(Fonte: SALGADO, Sebastião. *Terra*, disponível em www.terra.com.br, 21/01/2006)

Com base no texto de Sebastião Salgado e nas figuras, é correto afirmar:

- a) As crianças refugiadas, como as retratadas pelo fotógrafo, são as menos vulneráveis às situações de crise no mundo.
- b) As ondas migratórias das populações identificadas pelas crianças das figuras apresentam como motivação as guerras ocorridas neste século.
- c) As transformações no mundo do trabalho e os desastres naturais têm motivado a migração de milhões de pessoas para diversos países do mundo.
- d) As recentes transformações no sistema produtivo mundial enfraquecem o sistemático movimento migratório de populações pobres.
- e) Para o fotógrafo, grandes cidades como Paris, Nova York e Londres monopolizam os atrativos para as ondas de migrantes no mundo.

50- O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomenda aos países que adotem medidas específicas para viabilizar a educação para milhões de crianças e adolescentes. Sobre as medidas que, adotadas pelos governos de países pobres, podem contribuir para a inserção de crianças e adolescentes na escola, considere as afirmativas a seguir.

- I. A concessão de bolsas-escola e outros incentivos financeiros públicos às famílias de crianças especialmente vulneráveis.**
- II. A imposição de limites para os custos dos materiais escolares, como uniformes e livros didáticos, assim como outros encargos que imponham barreiras à educação das crianças.**
- III. A contribuição financeira compulsória dos pais à merenda escolar, incentivando a permanência dos seus filhos na rede de ensino pública nas áreas pobres dos países periféricos.**
- IV. A utilização do sistema escolar como lugar para prestação de outros serviços essenciais na infância, como nutrição e ensino de práticas de higiene e saúde.**

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.